

## **Apêndice 6: Mecanismo de Monitoramento das Coalizões Nacionais – uma Sugestão**

Como foi mencionado na proposta, é crucial que a nova estrutura da GCAP inclua um sistema para assegurar que as coalizões nacionais tenham uma representação ampla, aberta e inclusiva.

Propõe-se para o momento interino (no qual a Diretoria Executiva *de transição* estará ativa) que cada coalizão nacional assine um Memorando de Entendimento individual junto ao Fundo GCAP, de modo a assegurar a prestação mútua de contas. Neste caso será pedido que a coalizão nacional se comprometa com um caráter aberto e inclusivo para sua representação. Também deve haver um esforço conjunto de cada coalizão nacional, com o apoio das estruturas regionais e global, pelo desenvolvimento da capacidade de construir coalizões e de organizar um plano tanto para as coalizões existentes quanto para as novas, juntamente com as ferramentas e os meios para melhor implementar esse plano.

Enquanto se fez tal sugestão para o período interino, o Grupo-Tarefa para a Estrutura Futura também discutiu a criação de um sistema provisório, capaz de assegurar esse importante elemento das coalizões nacionais, incluindo os pontos abaixo. Encorajamos a Diretoria Executiva de transição a aceitar esta sugestão para começar a discussão, de modo que algum sistema ou incorporando-a, ou com um modelo alternativo, possa ser instituído após a próxima Assembléia Global.

- A estrutura regional tem a responsabilidade de garantir a qualidade das coalizões nacionais em sua região. Com esse mandato, os Conselhos Regionais estabeleceriam um comitê de triagem para coalizões nacionais, capaz de acompanhar regularmente a abertura e a inclusividade das coalizões nacionais. Tal comitê incluirá membros do Conselho (os que não gerariam conflitos de interesses) e alguns outros membros independentes.
- Para as coalizões nacionais novas, o comitê de triagem fará a seleção e conferirá junto a referências no país, de modo a confirmar a legitimidade e a credibilidade das organizações candidatas. Para as coalizões já existentes, esse comitê conduzirá uma revisão bianual (a cada dois anos). Em ambos os processos, o Comitê usará os critérios delimitados pela Diretoria Executiva.
- O processo de triagem visa não apenas a ter um papel de seleção, mas também a incluir o diálogo com as coalizões nacionais no desenvolvimento de uma estratégia e de um plano de capacitação na construção de coalizões. Isso permitirá que as coalizões nacionais lidem com suas próprias fraquezas e facilitará a mobilização de recursos capazes de ajudar na implementação de um plano nacional de construção de coalizões.